

Sindicato quer moralizar mais

306

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal (Sindilegis) lançou um curioso serviço de utilidade pública. Com a manifesta intenção de "desmascarar os falsos moralistas", ele está estimulando todos os funcionários do Congresso Nacional a denunciarem quaisquer irregularidades no Senado à entidade, através dos telefones 311.4014 e 311.4024, para que elas sejam devidamente apuradas e sanadas.

Em boletim dirigido aos seus 4 mil associados, o Sindilegis deu o tom da campanha: "Se sabes de alguma publicação de trabalhos particulares no Cegraf, se tens informações sobre algum ex-senador que até hoje usa e abusa dos bens do Senado Federal, comunique-se conosco. Denuncie! Vamos mostrar quais são os verdadeiros interessados na moralização do serviço público".

Falta autoridade

Francisco das Chagas Monteiro, presidente da entidade, deixa muito claro os seus objetivos: "O Sindicato vestiu a camisa da moralidade para mostrar que a moralização do Senado, ao contrário do que costumam pensar a imprensa e a opinião pública, depende muito mais dos senadores do que dos servidores. São eles que praticam o empreguismo, que inviabilizam as votações por falta de quorum e que contam com numerosas vantagens, como as cotas para telefone, despesas postais, serviços gráficos, além de passagens aéreas. Nunca uma sessão deixou de realizar-se no Senado por falta de funcionários. Se há ociosidade ou desmotivação, é porque a casa sempre privilegiou o apadrinhamento ao invés de desenvolver uma política de treinamento séria".

Monteiro conta que, embora a campanha tenha sido lançada há somente uma semana, várias denúncias foram feitas. Optou, contudo, por não mencioná-las, alegando que nenhuma delas foi confirmada até o momento. E concluiu: "A vigilância sobre nós é grande, mas raramente a opinião pública é alertada para o fato de que se o servidor tem a sua parcela de responsabilidade, os senadores é que são os principais responsáveis pelo que acontece aqui. A instituição do ponto, por exemplo, me parece um recurso que mostra a fragilidade da Comissão Diretora. Como lhe falta autoridade para acabar com 1% de funcionários fantasmas eventualmente existentes, ela estabelece medidas severas contra todos os servidores".